

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT17.004

ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA PARA INCLUSÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE HUMANA

Ana Paula da Cruz¹

RESUMO

Este estudo explora a relevância do Ensino de História no contexto escolar como uma ferramenta fundamental para promover uma cultura de inclusão e respeito à diversidade humana, em consonância com os debates contemporâneos sobre decolonialidade, liberdade, interculturalidade e relações étnico-raciais. Para este fim, fundamentamos nossa abordagem teórica nas obras de Jacques Le Goff em “História e Memória”, Paul Ricoeur em “Tempo e Narrativa” e Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia”, além de propostas teóricas que defendem a educação histórica como um meio de conscientização humanizada e crítica, como aquelas de Jörn Rüsen. Metodologicamente, este estudo se baseia em uma revisão narrativa da literatura, integrando conceitos de história, memória, sociedade e cidadania, onde analisamos os desafios enfrentados pelo ambiente escolar na promoção da cidadania e na construção de uma convivência pautada no respeito à diversidade socioeconômica e étnico-racial. Além disso, este exercício de revisão é motivado pela experiência prática no ensino da História, que ocorre em uma instituição de formação profissionalizante, visando o desenvolvimento de profissionais com competências técnicas e formação para a cidadania. Nossos resultados ressaltam a importância da criação de espaços educacionais que enalteçam a memória e a história, como forma de cultivar atitudes de respeito e valorização dos direitos e da diversidade humanos.

Palavras-chave: Ensino de história, Consciência histórica, Educação, Memória, Cidadania.

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará e Professora de História do Instituto Federal da Paraíba, Campus Cajazeiras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9872-8184>. anapaula.cruz@ifpb.edu.br;

INTRODUÇÃO

A educação escolar exerce um papel fundamental na formação dos cidadãos, especialmente ao promover o entendimento crítico do passado e o desenvolvimento de valores sociais que sustentam a democracia. Em meio a uma sociedade plural e marcada por desafios históricos, como desigualdades e preconceitos, o ensino de História se torna uma ferramenta indispensável para a construção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade humana. Nesta perspectiva, as escolas podem atuar como espaços de reflexão e construção identitária, onde os estudantes, por meio do estudo histórico, são incentivados a compreender o mundo, a reconhecer as diferenças e a desenvolver um olhar atento e crítico para com a realidade em que vivem.

Neste contexto, o ensino de História não se limita à transmissão de fatos, mas busca fomentar nos estudantes uma capacidade interpretativa e uma consciência histórica que transcendem o conhecimento tradicional. Esse processo possibilita que os jovens se apropriem dos conceitos de cidadania e se posicionem como agentes de transformação social. Este estudo, baseado em uma revisão teórica fundamentada nos princípios de memória e consciência histórica, discute a importância do ensino de História como um espaço para a promoção da cidadania crítica, além de explorar como essa prática educacional pode contribuir para uma convivência social pautada no respeito à diversidade socioeconômica e étnico-racial.

Além disso, Paul Ricoeur oferece uma reflexão profunda sobre o papel da memória e da narrativa na construção de identidades culturais, destacando como a lembrança e o esquecimento influenciam as visões de mundo. Por sua vez, Jacques Le Goff contribui com a ideia de que a memória coletiva e o patrimônio cultural são elementos essenciais na formação de uma identidade inclusiva e democrática. Ao valorizar as memórias de grupos marginalizados e dos povos originários, o ensino de história se torna um espaço de resistência e inclusão, onde as diversas vozes que compõem a sociedade têm lugar e reconhecimento.

Este estudo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva crítica, como esses teóricos podem embasar uma prática pedagógica que promova o respeito à diversidade étnico-racial e a construção de uma cidadania comprometida com a justiça social. Acreditamos que, ao adotar uma abordagem histórica que inclua as memórias e as narrativas de todos os grupos que formam o tecido social, a educação pode desempenhar um papel crucial na transformação social,

preparando indivíduos para serem agentes de mudança e defensores de uma sociedade mais justa e solidária.

A educação, especialmente o ensino de história, possui uma função social imprescindível na sociedade contemporânea, pois possibilita que os indivíduos compreendam os processos históricos e sociais que moldaram o presente e se preparem para atuar de maneira consciente e responsável. Em tempos de intensas transformações e desafios globais, como a valorização da diversidade cultural e o enfrentamento de desigualdades sociais, o papel da história na sala de aula vai além da transmissão de fatos e datas. Ele se configura como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania crítica, onde os estudantes são incentivados a reconhecer e valorizar as diversas vozes que compõem o tecido social, especialmente as que foram historicamente marginalizadas.

O enfoque na inclusão e na representatividade das diversas memórias e identidades torna-se, assim, essencial para uma educação histórica comprometida com a justiça social. Nesse sentido, o estudo dos conceitos de memória e narrativa propostos por Paul Ricoeur, a consciência histórica discutida por Jörn Rüsen e a valorização da memória coletiva abordada por Jacques Le Goff contribuem para enriquecer a visão pedagógica de Paulo Freire, que vê a educação como um ato de transformação e emancipação. Esses pensadores oferecem uma base teórica para um ensino de história que valorize as experiências e as memórias dos povos originários e de outros grupos sociais, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Com essa abordagem, o presente trabalho propõe-se a explorar como o ensino de história pode transcender o simples aprendizado de conteúdos curriculares para se tornar um meio de fomentar a empatia, a reflexão crítica e o respeito à diversidade. Ao dialogar com as perspectivas teóricas dos autores escolhidos, o estudo busca evidenciar que o ensino de história, ao incluir as múltiplas memórias e narrativas, contribui para o fortalecimento de identidades culturais diversas e para a promoção de um ambiente educacional inclusivo.

A relevância deste trabalho reside, portanto, na necessidade de manter uma discussão acerca do ensino de história em consonância com os desafios contemporâneos de inclusão e cidadania. Em uma sociedade globalizada e plural, onde a identidade cultural é um elemento cada vez mais valorizado, o ensino de história deve ser uma prática que permita aos estudantes não apenas aprender sobre o passado, mas também questioná-lo e interpretá-lo de maneira crítica. Isso possibilita que o estudante compreenda seu papel como

agente transformador e responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Esse estudo, ao reunir as reflexões de Freire, Rüsen, Ricoeur e Le Goff, propõe um modelo de ensino de história que transcende a simples transmissão de conhecimento, promovendo a consciência e a responsabilidade social. Ao adotar uma visão inclusiva e crítica da educação histórica, o trabalho pretende contribuir para que a história ensinada em sala de aula seja uma fonte de inspiração e reflexão, possibilitando que os estudantes se tornem cidadãos ativos e conscientes de sua responsabilidade na construção de um futuro mais justo e igualitário.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem de revisão narrativa da literatura, com o objetivo de examinar e integrar conceitos teóricos sobre a importância do ensino de história na construção de uma consciência histórica crítica e na formação cidadã inclusiva. A escolha pela revisão narrativa justifica-se pela necessidade de explorar as contribuições teóricas e metodológicas de autores que oferecem visões complementares sobre educação, memória e identidade cultural, como Paulo Freire, Jörn Rüsen, Paul Ricoeur e Jacques Le Goff. Essa abordagem permite uma análise aprofundada dos principais textos desses pensadores, situando-os em um diálogo teórico que ilumina as intersecções entre memória, educação e diversidade cultural.

O processo de revisão envolveu uma seleção criteriosa de obras que abordam as temáticas centrais deste estudo. Foram analisados textos clássicos como “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire, que discute a prática da educação libertadora, e “História e Memória” de Jacques Le Goff, que explora o papel da memória coletiva na formação cultural e identitária de uma sociedade. De Paul Ricoeur, foram incluídas reflexões das obras “Tempo e Narrativa” e “A Memória, a História e o Esquecimento”, nas quais o autor problematiza a relação entre narrativa histórica e identidade. Por fim, foram analisados textos de Jörn Rüsen sobre consciência histórica, com foco em como o ensino de história pode transcender a mera transmissão de fatos e estimular uma reflexão crítica sobre as narrativas dominantes e as identidades sociais.

Para organizar a revisão, foi realizada uma leitura analítica dos textos, identificando os principais conceitos e temáticas abordados por cada autor. Esse

processo envolveu uma análise dos pontos de convergência entre as teorias, especialmente no que tange à inclusão das memórias de grupos historicamente marginalizados, como os povos originários, e à promoção de uma cidadania crítica e participativa. A partir dessa análise, foram sintetizadas as ideias centrais que embasam uma prática pedagógica voltada para a formação de uma consciência histórica que valorize as diversidades culturais e étnico-raciais.

Essa metodologia possibilitou uma compreensão abrangente de como o ensino de história, fundamentado nas contribuições dos autores selecionados, pode ser instrumentalizado para a formação cidadã e para a promoção de um ambiente educativo inclusivo. A revisão dos textos foi, portanto, conduzida com o objetivo de traçar um panorama das contribuições teóricas desses autores para a prática pedagógica, evidenciando como cada perspectiva pode ser aplicada no contexto escolar e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A escolha das obras analisadas neste estudo foi orientada pela intenção de investigar e fundamentar um ensino de história que promova a construção de uma consciência histórica crítica e de uma cidadania inclusiva. Para tal, a obra “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire (1996) foi selecionada por seu enfoque em uma educação que valorize a autonomia, a ética e o diálogo. Freire apresenta a educação como um processo que deve respeitar as vivências e saberes dos educandos, estimulando-os a desenvolver uma consciência crítica que lhes permita compreender e transformar sua realidade. Essa obra é essencial para o estudo, pois aborda diretamente a importância de uma prática pedagógica que inclua e valorize a diversidade cultural e histórica, formando cidadãos que compreendam e questionem as estruturas sociais e de poder.

Outra obra fundamental é “Educação como Prática da Liberdade” de Paulo Freire (1967), que explora a educação como um caminho para a emancipação e para a formação da cidadania. Esta obra destaca a necessidade de conscientização dos indivíduos para que compreendam sua própria realidade e história, enxergando-se como sujeitos ativos no processo histórico. Essa obra contribui ao tema central do artigo ao propor uma pedagogia que fomente o reconhecimento das narrativas e memórias de grupos historicamente marginalizados, como os povos originários, promovendo uma visão de cidadania que acolha a pluralidade cultural e estimule o respeito às diferenças. A ideia de “educação como prática da liberdade” se torna, assim, uma base teórica relevante para um ensino de história comprometido com a justiça social.

Por fim, “História e Memória” de Jacques Le Goff (2003) complementa o estudo ao examinar o papel da memória coletiva na construção da identidade cultural e social. Le Goff defende que a história e a memória são processos dinâmicos, que permitem às sociedades construir uma identidade baseada em suas experiências e vivências compartilhadas. No contexto do ensino de história, essa obra pode nos inspirar a pensar acerca da importância de integrar memórias e culturas diversas no currículo escolar de História, possibilitando que os estudantes desenvolvam uma visão crítica do passado que inclua as vozes e contribuições de grupos marginalizados. Assim, a obra de Le Goff sustenta a proposta de uma educação inclusiva e consciente, onde o ensino de história atua como um meio de construir uma cidadania crítica e plural.

Além das obras de Freire e Le Goff, as contribuições de Paul Ricoeur são fundamentais para o embasamento teórico deste estudo, especialmente com as obras “Tempo e Narrativa” (Ricoeur, 1997) e “A Memória, a História e o Esquecimento” (Ricoeur, 2007). Nestas obras, ele explora a relação entre memória, narrativa e identidade, destacando como as narrativas históricas estruturam nossa compreensão do tempo e ajudam a construir a identidade tanto individual quanto coletiva. Em “Tempo e Narrativa” (Ricoeur, 1997), podemos notar como a história é uma construção narrativa que organiza o passado de modo a conferir sentido ao presente. Já em “A Memória, a História e o Esquecimento”, Ricoeur (2007) enfatiza o papel da memória como um ato de resistência e inclusão, pois ela permite que diferentes vozes e vivências sejam lembradas e valorizadas. No contexto do ensino de história, essas obras de Ricoeur fornecem uma base para incluir as memórias de grupos marginalizados e promover uma visão inclusiva da história que valorize a diversidade cultural e fomente a formação de uma cidadania crítica.

Por sua vez, Jörn Rüsen (2010), no capítulo “Aprendizado Histórico”, com sua abordagem sobre a consciência histórica, oferece uma perspectiva metodológica valiosa para o ensino de história. Suas reflexões sugerem que a consciência histórica se desenvolve através da capacidade de os estudantes relacionarem o passado ao presente de maneira crítica e ética. A partir dessa reflexão, pode-se pensar que o ensino de história pode transcender a mera transmissão de fatos para engajar os estudantes em um processo de interpretação e questionamento das narrativas históricas.

Ao podermos ver a consciência histórica como um meio para que os educandos compreendam suas próprias identidades e assumam uma postura ativa

na sociedade, a proposta desse trabalho é a de que o ensino história promova aos estudantes o desenvolvimento de uma compreensão ampla e inclusiva da história, onde a pluralidade de memórias e a valorização das culturas diversas são elementos essenciais para a formação de uma cidadania engajada e ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo apontam para a importância do ensino de história como uma prática formativa essencial para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, que contribua para a construção da cidadania e do respeito às diversidades culturais e étnico-raciais. A análise dos textos dos autores estudados revela três dimensões principais: o papel da memória na formação identitária, a narrativa como meio de organizar a experiência histórica e o ensino como um espaço para a inclusão social.

Jacques Le Goff (2003), em “História e Memória”, sublinha como a memória coletiva contribui para a formação de uma identidade cultural que, ao ser integrada no currículo escolar, promove a valorização das histórias e memórias múltiplas. Essa perspectiva evidencia o papel do professor como mediador na construção de uma memória social inclusiva que respeite as especificidades culturais e a diversidade de vivências. Pode-se dizer então que ele destaca a memória coletiva como um componente fundamental para a formação identitária e social.

Nesse sentido, a memória assume um lugar muito importante na vida humana dado que não é apenas um registro passivo do passado, mas uma construção ativa que contribui para definir quem somos como indivíduos e como sociedade. No contexto educacional, a memória coletiva permite que a escola se torne um espaço onde as múltiplas histórias de grupos culturais, étnicos e socioeconômicos ganhem reconhecimento e respeito. E tal processo é muito relevante em ambientes, como em nossa sociedade brasileira, onde há grande diversidade, de modo que a valorização da memória pode ser uma ferramenta para fomentar a inclusão e combater preconceitos.

Le Goff (2003) enfatiza que a memória não é neutra; ela envolve escolhas sobre o que recordar e o que esquecer. Assim, ele afirma que a memória histórica deve ser constantemente revisitada e questionada, pois ela reflete as relações de poder e as narrativas dominantes. Ao integrar essa visão no ensino, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente onde os estudantes

possam questionar narrativas oficiais, promovendo uma reflexão crítica sobre a história. Dessa maneira, o ensino de história torna-se um ato de resistência cultural, que desafia a marginalização de grupos e culturas que foram, historicamente, silenciados.

No âmbito da educação para a cidadania, a proposta de Le Goff (2023) pode nos inspirar na compreensão de que o ensino de história deve abraçar as diversas memórias que compõem uma sociedade. Ao reconhecer e ensinar as histórias de diferentes grupos, o sistema educacional pode ajudar a construir uma identidade coletiva mais inclusiva. Por exemplo, em sociedades pós-coloniais, onde a história oficial frequentemente reflete a perspectiva dos colonizadores, o resgate das histórias locais e das tradições culturais das populações indígenas e afrodescendentes é um passo fundamental para a formação de uma sociedade que valorize a diversidade. Nesse sentido, a escola pode ser compreendida como um local de resistência contra a esquecimentos históricos, onde a inclusão dessas memórias marginalizadas ajuda a construir uma cidadania crítica e de acolhimento a diversidade.

Além disso, Le Goff (2003) introduz o conceito de “patrimônio”, que ele considera um elemento central na construção da memória e da identidade. O patrimônio cultural, para ele, não se limita a monumentos e obras de arte, mas inclui práticas, ritos e tradições transmitidas ao longo das gerações. No contexto educacional, o ensino sobre o patrimônio cultural permite que os estudantes se conectem com as tradições de seus ancestrais, desenvolvendo uma compreensão mais profunda de suas raízes. Essa valorização do patrimônio cultural local fortalece o sentimento de pertencimento e fomenta uma conexão com a história que vai além dos livros didáticos, tornando a história viva e presente no cotidiano dos estudantes.

Por fim, Le Goff (2003) pode nos levar a compreender o papel do professor como mediador no processo de construção da memória, visto que o professor pode incentivar os estudantes a questionarem e interpretarem as diferentes memórias e histórias que compõem a sociedade. Essa mediação é crucial para que os estes aprendam a analisar criticamente as narrativas históricas, compreendendo as influências culturais e políticas que moldam o que é lembrado e o que é esquecido. Assim, através dessa prática educativa, o ensino de história se transforma em um exercício de cidadania, onde os estudantes são encorajados a refletir sobre a importância da diversidade de memórias e sobre como essas memórias influenciam as identidades e o senso de pertencimento social.

Nessa mesma linha, de pensamento, podemos chamar a proposta freiriana presente na obra “Pedagogia da Autonomia” (Freire, 1996) que defende uma educação que possa ir além da mera transmissão de conhecimento, enfatizando a necessidade de um ensino que valorize a autonomia, a criticidade e a inclusão dos educandos. Freire (1996) argumenta que a educação libertadora pode ser um espaço onde o estudante seja incentivado a questionar, a refletir criticamente sobre sua realidade e a transformar-se em um agente de mudança. Propõe também que o processo educativo seja construído com base no respeito mútuo, na inclusão e na ética, rejeitando o ensino o ensino tradicional “bancário” – onde o estudante é apenas um receptor passivo – e promovendo uma educação dialógica, onde a troca de saberes e experiências se torna central.

Nessa perspectiva, pode-se pensar o ensino de história como uma ferramenta para a conscientização e a construção da cidadania crítica, pois ao estudar e refletir sobre o passado, os estudantes podem entender as estruturas de opressão e os movimentos de resistência que moldaram a sociedade. Portanto, trazer as experiências e as memórias dos povos originários e de outras minorias do poder como uma forma de inclusão, permitindo que esses grupos possam ver suas histórias representadas e valorizadas na educação escolar. Assim, a educação libertadora freiriana atua como um processo de reconhecimento e valorização das identidades culturais, fortalecendo o pertencimento e o respeito à diversidade.

O conceito de conscientização, central na pedagogia de Freire, propõe que a educação deve ajudar os educandos a desenvolverem uma compreensão crítica do mundo ao seu redor. Essa conscientização, ou “consciência crítica”, possibilita que os estudantes reconheçam as desigualdades e injustiças sociais e desenvolvam uma visão de cidadania engajada. Inclusive, Freire (1996) aponta que, por meio de uma educação que valorize a identidade cultural e o contexto social de cada estudante, os educadores podem estimular o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em sociedades pós-coloniais, a inclusão das histórias e memórias dos povos originários no currículo escolar é um elemento essencial para combater as narrativas opressoras e promover o respeito às diversidades étnico-raciais.

Além disso, Freire (1996) reforça que o fato de que diálogo é um pilar fundamental da educação libertadora, a ponto de o diálogo poder construir uma relação de respeito entre o educador e o educando, desafiando a autoridade tradicional e promovendo uma educação participativa. Através do diálogo, os

estudantes são encorajados a compartilhar suas próprias experiências e a desenvolver uma compreensão coletiva sobre temas de relevância social, como a inclusão e a justiça. Dessa forma, a prática educativa pode tornar-se um processo contínuo de troca e reflexão, no qual os educandos e educadores aprendem uns com os outros e contribuem para a formação de uma sociedade mais democrática e solidária.

Por fim, Freire (1996) insiste na responsabilidade ética do educador. Ele acredita que a prática docente pode ser guiada pela ética e pela solidariedade, promovendo uma educação que seja, ao mesmo tempo, transformadora e inclusiva. Para Freire, ensinar exige comprometimento com a construção de uma sociedade onde todos tenham voz, e a educação torna-se o caminho para alcançar essa transformação. Nesse sentido, o ensino da história, alinhado aos princípios da pedagogia libertadora, permite que os estudantes compreendam o passado de maneira crítica e se posicionem como cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade.

Caminhando na lógica de pensar a consciência e neste caso, o olhar sobre a consciência história, Jörn Rüsen (2010) contribui significativamente para o entendimento da importância da consciência histórica no ensino de história. Em sua abordagem, a consciência histórica é vista como uma capacidade que permite ao indivíduo compreender o tempo de forma integrada e, a partir disso, orientar-se na vida social. Segundo Rüsen (2010), essa consciência não apenas nos informa sobre o passado, mas também nos capacita a interpretar o presente e a planejar o futuro. No contexto de uma educação voltada para a cidadania crítica, conforme apontado por Freire, a consciência histórica surge como um elemento essencial para que o estudante se posicione como sujeito ativo no mundo, compreendendo as transformações sociais e suas próprias raízes culturais.

Assim como Freire enfatiza a importância do respeito aos saberes e à identidade cultural dos educandos, Rüsen (2010) considera que o ensino de história deve incorporar as diversas perspectivas culturais e memórias, assim podemos pensar também um proposta que nos permita vislumbrar as histórias dos povos originários e de outros grupos que foram historicamente marginalizados. Esse processo permite uma educação plural e inclusiva, onde o estudante pode ver suas próprias experiências representadas e valorizadas. Rüsen (2010) acredita que, ao estudar o passado de forma crítica, o estudante desenvolve não apenas um entendimento mais profundo de si mesmo, mas também uma empatia pelas

experiências de outros grupos, fortalecendo assim a coesão social e o respeito às diversidades.

Pode-se intuir que a consciência histórica se desenvolve em etapas, nas quais o educando passa de uma compreensão mais ingênua do tempo e dos eventos para uma análise crítica e interpretativa das narrativas históricas. Esse processo é essencial para formar cidadãos críticos que compreendem como as narrativas sobre o passado influenciam o presente e moldam o futuro. Pode-se dizer que no contexto educacional, a abordagem de Rüsen (2010) de alguma forma se conecta com a visão freiriana de que o ensino deve ser um instrumento de conscientização e transformação social. Ao estimular os estudantes a refletirem criticamente sobre a história, os educadores capacitam-nos a identificar e desafiar as injustiças e desigualdades presentes na sociedade.

O papel do professor, então, torna-se o de um mediador que orienta os estudantes na construção de uma consciência histórica crítica, promovendo o questionamento das narrativas dominantes e abrindo espaço para as histórias e memórias dos povos originários e de outras minorias. Essa prática pedagógica contribui para a formação de uma cidadania engajada, onde o estudante se sente parte de um processo histórico contínuo e responsável por construir um futuro mais justo e inclusivo. Em uma sociedade marcada pela diversidade, a consciência histórica atua como um ponto de conexão entre os indivíduos, permitindo que compreendam e valorizem as contribuições culturais e históricas uns dos outros.

Rüsen (2010) também destaca que a consciência histórica não é apenas uma ferramenta intelectual, mas uma capacidade ética e política que orienta os indivíduos a tomarem decisões informadas e responsáveis. Ao desenvolver essa consciência, o estudante adquire uma visão ampliada do mundo e da sua responsabilidade como cidadão, alinhando-se à ideia de Freire de que a educação é um ato político e transformador. No contexto do ensino de história, essa abordagem torna-se ainda mais relevante, pois ao compreender o passado, o estudante é capaz de vislumbrar possibilidades de transformação no presente, tornando-se um agente de mudança social.

Dando seguimento à presente discussão de revisão de literatura, emergem as obras “Tempo e Narrativa” (Ricoeur, 1997) e “A Memória, a História e o Esquecimento” (Ricoeur, 2007) de Paul Ricoeur, que aponta uma abordagem que se aprofunda acerca da relação entre memória, narrativa e identidade. Segundo Ricoeur (2007), a memória não é apenas um meio de reter o passado,

mas uma construção ativa que se revela através de narrativas, permitindo que indivíduos e sociedades compreendam e interpretem sua própria história. No contexto educacional, especialmente no ensino de história, essa abordagem é crucial para a construção de uma consciência histórica que valorize tanto as memórias coletivas quanto as identidades culturais de diversos grupos. Inclusive, isso dialoga com a visão de Freire de uma educação inclusiva, que respeite os saberes e as experiências dos estudantes, especialmente os das comunidades de povos originários e de outras minorias historicamente marginalizadas.

Ricoeur (2010) destaca que a narrativa histórica é sempre uma interpretação do passado e, portanto, deve ser abordada de maneira crítica. Isto pode nos levar a pensar que no ambiente escolar, ao incentivar os estudantes a reconhecerem as diversas formas de construir a história, o professor promove uma reflexão sobre o papel das memórias e das experiências pessoais e coletivas na formação de uma identidade cultural ampla e inclusiva. O ensino de história, então, se torna um meio de explorar a relação entre a identidade individual e a identidade social, ajudando o estudante a entender não apenas sua posição no presente, mas também sua responsabilidade em moldar o futuro.

Ao introduzir o conceito de “narrativa”, Ricoeur (2010) propõe que o ato de contar histórias permite que os indivíduos deem sentido ao tempo e compreendam as continuidades e rupturas em suas vidas e na sociedade. Essa perspectiva se alinha ao objetivo de formar uma consciência histórica crítica, onde o estudante pode reconhecer as estruturas de poder e as injustiças que marcaram a história, e entender o impacto dessas narrativas nas identidades culturais e na memória coletiva. Nesse sentido, a educação histórica pode ser vista como um espaço de inclusão, onde o passado não é apenas recordado, mas reinterpretado e atualizado para dialogar com as necessidades e as lutas de grupos marginalizados.

Ricoeur (2007) também alerta para os perigos do “esquecimento”. Ele argumenta que o esquecimento de certos eventos e memórias pode servir como uma forma de opressão, onde as narrativas dos grupos dominantes prevalecem enquanto as vozes dos grupos oprimidos, como os povos originários, são suprimidas. No contexto educacional, isso significa que o currículo de história deve se esforçar para incluir essas memórias negligenciadas e oferecer aos estudantes uma visão plural do passado, onde as diversas culturas e experiências sejam respeitadas e integradas. Essa prática educativa não só promove o respeito à

diversidade, mas também fortalece o sentido de pertencimento e cidadania dos estudantes.

A abordagem de Ricoeur (2010) oferece, assim, uma estrutura para que o ensino de história se torne uma prática de emancipação e de reconstrução de identidades, onde os estudantes são convidados a refletir criticamente sobre as narrativas que moldam a sociedade. Isso se alinha com a visão de Freire sobre o papel transformador da educação, onde o ensino deve despertar nos educandos a consciência de seu papel na construção de uma sociedade justa e solidária.

Neste ponto, podemos retomar as falas de Paulo Freire (1967) em sua obra “Educação como Prática da Liberdade”, no qual propõe que a educação deve ser um processo de conscientização que promova a liberdade dos educandos e os prepare para participar ativamente da sociedade, defendendo uma pedagogia que valorize a autonomia e a responsabilidade social, posicionando o estudante como sujeito de sua própria história e de seu desenvolvimento. Portanto, tal abordagem é especialmente relevante no ensino de história, pois permite que os estudantes compreendam as estruturas de poder e as transformações sociais ao longo do tempo. Assim, a educação e o próprio ensino de história não se limitariam a uma simples transmissão de conteúdos, mas poderia tornar-se um despertar para os educandos a partir de uma consciência crítica que os capacite a questionar as injustiças e as desigualdades presentes na sociedade.

Freire (1967) acredita que a prática educativa deve servir como um caminho para a liberdade, especialmente ao promover saberes para as classes historicamente marginalizadas, como os povos originários e a população negra. Ele argumenta que a conscientização sobre a própria realidade é o primeiro passo para a emancipação. No contexto do ensino de história, isso implica em incluir as narrativas e memórias desses grupos, possibilitando que os estudantes desenvolvam um senso de pertencimento e uma visão plural da história. Ao valorizar essas histórias e culturas, o currículo de história, por exemplo, pode se tornar um instrumento de inclusão, permitindo que os estudantes compreendam a importância da diversidade e se comprometam com a construção de uma sociedade mais justa.

Outro ponto central na obra de Freire (1967) é a necessidade de uma educação dialógica, onde o professor e o estudante se engajem em um processo de aprendizado mútuo. Freire vê o diálogo como um meio para superar a educação autoritária, permitindo que o conhecimento seja construído de forma colaborativa. No ensino de história, o diálogo possibilita que os estudantes confrontem

suas próprias percepções e questionem as narrativas oficiais, promovendo uma interpretação crítica e ativa do passado. Essa abordagem nos permite alinhar a proposta de professores que desafiam os estudantes a verem a história não como algo distante e imutável, mas como uma construção humana que pode ser reinterpretada e utilizada para a transformação social.

Freire (1967) também alerta para o perigo da ‘domesticação’ no sistema educacional, onde o ensino é utilizado para conformar os indivíduos às estruturas existentes, em vez de capacitá-los a questioná-las. Neste ponto, é relevante lembrar as reflexões de Foucault sobre poder (2014) e saber (2008), que, embora não sejam o foco central deste trabalho, contribuem para ampliar o entendimento dessas dinâmicas. Foucault demonstra que o poder não apenas reprime, mas também produz ‘verdades’ e molda instituições para perpetuar certas normas e práticas. No contexto educacional, essas ‘verdades’ podem conformar os indivíduos a uma ordem estabelecida ou, ao contrário, desafiar essa ordem e inspirar a liberdade.

Em contraste, a proposta de uma educação como prática da liberdade busca emancipar os estudantes, permitindo-lhes ver a educação como uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais igualitária. No ensino de história, essa perspectiva é essencial para que os estudantes reconheçam as vozes e memórias que foram silenciadas e compreendam como as narrativas históricas podem ser utilizadas tanto para oprimir quanto para libertar. Essa prática educativa desafia o estudante a se posicionar de forma ética e a atuar na sociedade como um agente transformador.

Por fim, Freire (1967) defende que a educação deve se comprometer com a humanização e a dignidade de todos os envolvidos no processo educativo. Ele acredita que, ao incluir no currículo escolar as histórias e experiências das classes populares, o ensino de história cumpre seu papel de valorizar a memória coletiva e de contribuir para a construção de uma identidade social inclusiva. Esse enfoque permite que os estudantes reconheçam a importância de respeitar as diversas culturas e identidades que compõem a sociedade, promovendo uma cidadania baseada no respeito e na solidariedade.

Nessa perspectiva, pode-se propor que ao revisar e questionar as narrativas do passado, o ensino da história capacita os estudantes a desenvolverem uma visão crítica e inclusiva, tornando-os participantes ativos e conscientes na sociedade. A partir dessas discussões, o estudo sugere que o ensino de história, fundamentado nas obras desses autores, pode atuar como um instrumento

potentíssimo para a formação cidadã e a valorização das diversidades, permitindo aos estudantes não apenas compreenderem o passado, mas também se posicionarem como agentes transformadores da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca a importância do ensino de história como uma prática formativa voltada para a construção de uma consciência histórica crítica e para o fortalecimento da cidadania inclusiva. A partir das reflexões de Paulo Freire, Jörn Rüsen, Paul Ricoeur e Jacques Le Goff, foi possível compreender como a educação pode ser um espaço de transformação social, onde os estudantes, ao estudarem o passado, desenvolvem uma visão crítica e reflexiva do presente e um compromisso com a construção de um futuro mais justo.

Paulo Freire nos traz a perspectiva de uma educação libertadora, onde a conscientização e o diálogo promovem um ambiente de aprendizagem inclusivo e democrático. Em sintonia com essa visão, Jörn Rüsen enfatiza a consciência histórica como um processo que transcende a aquisição de conhecimentos e se torna uma prática de cidadania crítica. Através dela, os educandos não apenas entendem os eventos históricos, mas também se capacitam a questionar e a transformar a sociedade em que vivem.

Paul Ricoeur contribui com a ideia de que a memória e a narrativa são fundamentais para a formação identitária e para o entendimento das experiências coletivas e individuais. Sua abordagem sobre o papel da narrativa histórica e o perigo do esquecimento reforça a necessidade de incluir as vozes e as memórias dos povos originários e de outros grupos marginalizados no ensino de história, promovendo uma visão mais plural e inclusiva da história.

Jacques Le Goff complementa essa reflexão ao tratar a história e a memória como processos dinâmicos que constroem uma identidade cultural coletiva. Para Le Goff, o ensino de história deve incorporar o patrimônio cultural e as memórias de diferentes grupos, valorizando suas contribuições para a formação da sociedade e promovendo o respeito à diversidade. Ele ressalta a importância da memória coletiva como elemento de resistência e de inclusão, permitindo que as culturas e histórias múltiplas tenham espaço no currículo escolar. O professor, nesse contexto, torna-se um mediador que auxilia os estudantes a questionarem as narrativas dominantes e a valorizarem a diversidade cultural que forma o tecido social.

Dessa forma, este estudo conclui que o ensino de história, fundamentado nos pensamentos desses autores, é mais do que uma prática pedagógica; é um ato de cidadania e um compromisso com a formação de indivíduos conscientes de seu papel na sociedade. Ao incluir as múltiplas memórias e narrativas, a educação contribui para a construção de uma sociedade plural e democrática, onde as diferentes culturas e identidades são respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus Editora, 2010. 3 v.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.